

## SEMÂNTICA DAS RELAÇÕES NO HIPERTEXTO

Ricardo Hiroyuki Shibata (SEED/PR)  
[rhshibata@yahoo.com.br](mailto:rhshibata@yahoo.com.br)

### RESUMO

Este artigo estuda os modos de constituição dos sentidos no hipertexto. Quer dizer, busca explicitar quais são as estratégias, os procedimentos e os dispositivos interpretativos, que os usuários realizam para ler as páginas da web e, portanto, constituir um certo ordenamento de sentido. Nesse sentido, é correto afirmar que a navegação na internet não se dá ao acaso, mas a partir da ação de um foco seletivo, cujo âmbito se inscreve estrategicamente nas variáveis pragmáticas e nas estruturas metacognitivas.

**Palavras-chave:** Letramento digital. Práticas de leitura. Hipertexto.

Os ambientes digitais são um enorme desafio para aqueles que ousam navegar nas páginas da internet. De simples páginas de jornal e seus conteúdos informativos aos cursos na modalidade a distância com seus múltiplos recursos e demandas, o usuário se confronta com uma floresta de possibilidades de sentido. Essa operação cognitiva, cujo âmbito se desloca em relação à materialidade do impresso, inscreve-se estrategicamente no universo das práticas de leitura do hipertexto e do letramento digital.

É justamente por isso que a leitura nos meios midiáticos deve-se definir pedagogicamente a partir de habilidades e competências relativas a procedimentos técnicos, cognitivos e socioemocionais com vistas a implementar o pensamento crítico, a escrita criativa e a apropriação do conhecimento.

Aqui, o conceito de “interface” é útil como categoria analítica, porque consegue ressaltar certas soluções e escolhas, permitindo ao leitor se apropriar de novos espaços de leitura e novos modos de aprender. Assim, a questão dos dispositivos e seus modos de agenciamento é relevante para a compreensão das trilhas de leitura, para se propor hipóteses de interpretação e para traçar os possíveis caminhos dos sentidos, cuja operacionalidade sinaliza a apropriação do conhecimento.

Mesmo porque a página da internet não é um código imutável, muito menos uma norma que deve ser seguida inexoravelmente para se decodificar um roteiro de significados ou dos conteúdos. Se a navegabilidade se move em espaços pré-definidos, baseada em operações rígidas

de movimentação, isto não se dá com o significado. Não é que cada leitor apreenda os sentidos de um jeito particular e singular. É que os leitores são conduzidos a apreender um certo sentido, valendo-se do “foco seletivo” (BRAGA & BUSNARDO, 2012) ou os usos sociais da informação.

Nesse aspecto, os sentidos podem ser controlados a partir da explicitação de sua organização estrutural. Quer dizer, o leitor é conduzido a realizar recortes interpretativos de certos enunciados, conforme operações fixas de metacognição. O que pressupõe, de um lado, a aplicação eficaz de regras e estratégias, e, de outro, o suporte de um substantivo arsenal de conhecimento de mundo (VYGOTSKY, 2001). A ênfase recai, então, sobre as estratégias globais – e não sobre elementos linguísticos básicos –, cujo núcleo deve levar em conta a tipologia e a arrumação textuais, em particular, certos elementos coesivos e referenciais.

No interior da revolução causada pela disseminação do ciberespaço, da democratização de acesso à internet e à navegação em nuvem, concorre uma série de equívocos. O principal deles é buscar pistas na revolução causada pelo impresso em relação ao manuscrito (CHARTIER, 1998). Ou ainda, comparar as mudanças nos hábitos de leitura por ocasião do aparecimento e disseminação do rádio e da televisão. A partir desse ponto, é possível pensar num âmbito diverso – aquele da semântica da rede de relações e na formação do sentido na internet. O que inclui a questão da autoria, da construção e das formas de circulação do hipertexto.

Dessa forma, o esforço analítico de maior envergadura deve-se debruçar sobre os aspectos de suas condições de produção, do contexto particular em que se estruturam e das variáveis pragmáticas em jogo, que se articulam em diversos recursos das mídias. Não se trata, portanto, de investigar como as pessoas consomem informação, as novas formas de criar desejos, necessidades e expectativas, de instigar a curiosidade, ou mesmo os estilos de consumo (LIPOVETSKY, 1991).

Vale dizer, estudar os efeitos cognitivos ou comportamentais de uma existência devotada a navegar pela internet apenas empobreceria o debate, mesmo porque ressaltaria necessariamente o âmbito de certa psicologia analítica e não pelo processo de construção efetiva de significados. Nesse caso, os domínios mais produtivos seriam aqueles dados pela análise da complexa rede de relações semióticas, do interdiscurso ou da comunicação complementar entre as mídias, da interatividade ou dos tipos de diálogos ou interações que podem se entabular entre os usuários e

os meios digitais. Para dizer de outro modo, o hipertexto é, antes de tudo, uma prática social da linguagem e do discurso (BAKHTIN, 2010).

Ou, conforme Tyler Cowen (2011) se refere, num livro instigante:

A coerência encontra-se no fato de que você está recebendo um fluxo contínuo de informação para alimentar a sua atenção constante. Não importa quão díspares os tópicos possam parecer a quem olha de fora, a maior parte do fluxo se relaciona com as suas paixões, seus interesses, suas afiliações e com a maneira como tudo se coaduna. Na essência, tudo diz respeito a você e isso é, de fato, um tópico favorito para muita gente. Agora, mais do que nunca, você pode reunir e manipular unidades de informação do mundo externo e relacioná-las com suas preocupações pessoais.

No entanto, para Cowen, não se trata de um interesse ilimitado, caótico ou desordenado por conteúdos disponíveis na internet, ou de um tipo de olhar que se desloca ao acaso e sem direção, na mesma rapidez com que se clica de um *link* a outro. De fato, a atenção dos usuários da internet é absolutamente seletiva. Isto equivale a dizer que há uma coerência ou lógica interna no jogo de interesses do mundo virtual.

Mesmo os andarilhos antigos, os caminhantes de longas peregrinações ou os viajantes do desconhecido não percorriam longas distâncias numa aventura ao acaso ou um percurso a esmo. Pelo contrário, dava-se, isto sim, segundo clivagens específicas, objetivos determinados – embora por vezes inconscientes. A *flanerie* dos dândis no início do século XX era, de fato, um grande mapeamento de uma extensa fauna social, cujo grau de conhecimento pelos leitores desse período era escasso. No entanto, é surpreendente reconhecer que esse vagar pelas ruas possui uma direção, um rumo e até no limite, um percurso com lógica e sentido peculiares (PRAZ, 1996).

Nesse mesmo sentido de desconstrução crítica, as metáforas que comumente se utilizavam para caracterizar a internet pouco contribuem para destacar seu real funcionamento. O “dilúvio informativo”, a “navegação pela turbulência” ou “surfar pela comunicação em nuvem” não direcionam para a relevância do que é a “rede interconectada”. Aliás, penso que ao se recuperar a metáfora original da internet como “rede de relações”, cujos fios são ligados, emaranhados e interdependentes, pode-se vislumbrar o que de fato acontece com os procedimentos de leitura e a construção dos sentidos, no interior de uma certa semântica de relações, na virtualidade do ciberespaço.

Isto, um pouco no sentido das múltiplas – porém, finitas – dimensões do hipertexto. Sobre isso, Pierre Lévy (1999) destaca a linguagem multilinear e os seus vários sentidos de leitura e encaminhamentos. En-

tretanto, a leitura do texto não se abre à superinterpretação. Com Umberto Eco (2006), o texto é uma máquina preguiçosa, cujo maior esforço deve se dar pelo lado do leitor. O que não quer dizer que todas as interpretações sejam válidas para um certo enunciado; pelo contrário, há valores de verdade, considerados pertinentes e relevantes.

O que equivale dizer que se para alguns a rede pode ser considerada um espaço infinito de possibilidades, cuja abertura remete a um sem-número de caminhos a serem explorados. Na realidade, isto não acontece na prática. Cada usuário tem preferências pessoais, inclinações, interesses diversos e particulares. A pretensa abertura da internet nada mais é do que as muitas possibilidades restritas no interior de um dado perfil de usuário. O que chama a atenção é justamente aquilo que se reconhece como relevante. O resto, mesmo relevante para algum outro usuário, é descartado como irrelevante, sem significação ou de pouco interesse.

A partir disso, é perfeitamente possível mapear estilos cognitivos, entendidos como práticas sociais de leitura, com base largamente assentada no grau de letramento digital. Deve-se levar em conta que as possibilidades de recortes, a partir da grande quantidade de informação (imagens, conteúdos, animações etc.), transforma a “era da distração”, de fato, na era das virtualidades possíveis, dos interesses múltiplos, dos saberes informais, das redes sociais e do acesso a uma quantidade de conteúdo nunca antes visto.

Esse tema foi explorado de modo bem pessimista por Nicholas Carr (2011). Para ele, a internet cria uma vida propícia à superficialidade e à desatenção. Assim, a falta de concentração, a dispersão mental e o ambiente de diversão contribuem para uma cultura do consumo rápido, fácil e descartável.

Em outro estudo, cujo escopo percorre lugares-comuns semelhantes, Carr (2008) denuncia que o uso constante da internet teve efeitos maléficos. É que navegar pelos *sites* faz com que a “leitura profunda” se transforme numa batalha árdua e inglória. Aqui, é perceptível uma petição de princípios: deve-se ler na tela do computador como se lê um livro impresso. Essa petição parece desconhecer as diferenças entre os usos e os modos de leitura. Cada “meio” (ou *media*) configura um certo tipo de leitor, com funções e perfis específicos, e um tipo de leitura, com suas estratégias de interpretação e de construção de sentido. O leitor da *internet* não é menos habilidoso que o leitor de livros. Do mesmo modo, aquele que navega pelos *sites* em busca de “fragmentos” de informação

interpreta esses retalhos como um constructo único, com relações semânticas, de coesão e de coerência. Essas peças fragmentárias não são deslocadas e apenas pairam num vácuo. Em verdade, elas conformam um discurso, cujo contexto é mais extenso e, por vezes, aparentemente sem sentido para um observador desavisado; porém, elas fazem sentido para o usuário.

O que se tem ao final dessa operação metacognitiva é um discurso como outro qualquer. Pensar na qualidade da leitura é entrar numa seara, em que se julga o “meio” em relação a outros “meios”. Afirmar que o livro é melhor do que a TV; e que esta é superior à *internet*, desvia a questão para os problemas de base: cada um desses meios se instala a partir de uma “episteme” diferente e demanda um esforço de interpretação particular.

Entretanto, pensar que tudo isso se restrinja ao âmbito dos comportamentos, quer dos hábitos de consumo num sentido mercadológico, quer das inclinações pessoais, é reduzir a questão aos efeitos e às consequências do mundo virtual numa sociedade em transformação, quando se deveria ressaltar e indagar mais produtivamente quais as estratégias cognitivas que se valem para “navegar” entre as nuvens de sites. Quer dizer, a ênfase recai nos aspectos intelectuais ou emocionais e não apenas nos movimentos neuróticos dos internautas à busca de fragmentos de informações, que mal se colam, formando um todo coeso.

Em resumo, não tem a ver com a sensação de tempo acelerado, com a mudança de um estilo de escrita prolífico para a brevidade vocabular; com incapacidade de ler muitas vezes um texto, buscando outros sentidos; com o empobrecimento da experiência ou com a atenção dispersiva. Aristóteles dizia que os discursos deliberativos eram feitos em grandes traços; assim os ouvintes no vai e vem da praça pública, no burburinho das discussões, possuíam a atenção voltada para muitos aspectos. Em nenhum momento Aristóteles afirmou que esse tipo de discurso era qualitativamente melhor ou pior do que os outros gêneros de discurso.

O critério de julgamento de valor nunca se colocava, porém, a adequação de seus usos em relação ao público-alvo e ao contexto de produção. Ainda com Aristóteles, é possível pensar que a estrutura dos conteúdos da *internet* se conforma a um determinado público, cujo perfil é semelhante ao daqueles que consomem as redes sociais e ferramentas correlatas.

No entanto, esse princípio pode ser estrategicamente rastreado desde à época dos gregos e o debate acerca do surgimento e da importân-

cia da escrita. A chave interpretativa então não seria apenas uma questão de “origem” ou “precedência”, porém de modo de procedimento. No *Fedro*, de Platão, o personagem Sócrates reclamava que a escrita obnubilava a memória. Como a “verdade” (a *alethé*) era aquilo que não poderia de forma alguma cair no esquecimento, o fato de a escrita poder recuperar rapidamente os conteúdos tornava esse instrumento uma maneira não de aprimorar os mecanismos da memória, segundo Sócrates, mas de fazer a memória se hipostasiar perante um mecanismo externo. Na Idade Média, outras formas externas eram consideradas “ajuda-memória” (*aide-mémoire*), como os esquemas mnemotécnicos para os discursos ou arengas orais. A sofisticação desses esquemas chegou a tal ponto que no século XVII eram chamados de “palácios da memória”, com divisões, categorizações, e regras de apropriação e interligação. Aqui, importante destacar que se houve (em relativo) perda para a memória, entrava em campo, a imaginação com sua capacidade quase infinita de construção.

Aliás, os domínios da imaginação – e não o da memorização de informações – seria constitutiva do letramento digital, que exigiriam novas competências críticas e capacidade analítica sofisticada. Mesmo porque são necessárias operações de seleção, recorte e agregação de conteúdo audiovisual, formando paulatinamente um conjunto significativo. No mundo movediço da *internet*, há limites de interpretação, com suas restrições e obstáculos. Se teoricamente as interpretações, caminhos e possibilidades sejam infinitas, no contexto das práticas de leitura, as opções são bem limitadas. Os protocolos de leitura exercem o peso do fechamento da superinterpretação (ECO, 2001).

Vale destacar, com Magda Soares (2002), que não existe apenas uma forma de letramento. De fato, na época contemporânea, as instâncias quirográficas, tipográficas ou digitais conformam um fenômeno plural e multifacetado, com suas particularidades históricas e culturais. Ou seja, há multiplicidade de letramentos, convivendo numa mesma época, cada uma com seus percursos discursivos, seus métodos de angariar significado, suas apropriações e seus efeitos de sentido.

É que qualquer esforço por descortinar as estratégias de construção de sentido pelos internautas deve levar em conta necessariamente o modo de funcionamento dos recursos digitais no interior de situações concretas, em que pese a interação do usuário com a rede, o uso efetivo desses recursos para a concretização de suas propostas de sentido e sobre a pertinência dos recursos audiovisuais em cada situação.

Ao se voltar para os estudos, análises e pesquisas acerca dos impactos da *internet* na vida das pessoas, abandona-se a responsabilidade de se explicar os mecanismos de leitura e interpretação de seus conteúdos. É preciso explicar, antes de tudo, quais são as ações que um dado leitor deve estrategicamente agenciar e seus modos de compreensão, produção e apropriação, e qual o seu papel nessa dinâmica. Aqui, o que se pode depreender é que são mecanismos complexos e operações mentais de grande amplitude epistemológica e, não apenas, uma recepção passiva.

O resultado é um diálogo ou um tipo de interação com diferentes mídias integradas de comunicação. Nesse conjunto processual, em que concorrem a construção social de conhecimento e os usos múltiplos das diversas linguagens, os caminhos do hipertexto não ocorrem ao acaso e de modo desorganizado. A elaboração se faz por rotas, trechos e direções que são estabelecidas durante o momento da leitura. A “liberdade” do leitor – a leitura transversal – nada mais é do que um jogo de combinações, fundado em regras de movimentação, em que as peças são construídas e conjugadas de forma a controlar os sentidos possíveis de interpretação.

Por este viés analítico, as expectativas de leitura seriam perfeitamente previsíveis e controláveis. As escolhas que o leitor realiza, em meio a links, imagens e informações, são, parametradas particularmente pelas “saliências” visuais que se destacam na tela do computador, ou seja, o destaque dado aos elementos que se movimentam, às imagens com enquadramentos em *close-up*, enfim aos elementos cujo grau de elaboração gráfica chamam a atenção na lógica de construção da página da web.

Dessa forma, o que há é uma verdadeira hierarquia de leitura, em que os olhos são conduzidos a perceber alguns aspectos em detrimento de outros. No entanto, esse processo de seleção de imagens – que também é um processo de seleção de interesses – concorre com outro (talvez) de maior envergadura: aquele que se refere aos aspectos subjetivos da leitura ou, mais especificamente, aos objetivos individuais e particulares de navegação.

Essa subjetividade implícita destaca a interferência do leitor (conhecimento de mundo, objetivos de leitura, situação ou contexto, história discursiva de outros textos do mesmo gênero ou do leitor, inferência de elementos não-implícitos).

Aqui, deve-se atentar para o fato de critérios objetivos e subjetivos constituírem faces complementares de um esforço para a análise da lógica da formação de rede de sentidos possíveis. Ao se examinar a estru-

tura e a organização formal – a questão da tipologia dos gêneros –, ao lado dos efeitos de sentido, os indícios sinalizam para um conjunto interpretativo complexo que movimenta a leitura da linguagem do hipertexto.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

BRAGA, Denise B.; BUSNARDO, JoAnne. *Metacognition and Foreign Language Reading*. Disponível em: <<http://ead1.unicamp.br/readweb/riw/artigos/p16.php>>. Acesso em: 02-12-2012.

CARR, Nicholas. *A geração superficial*. Rio de Janeiro: Agir, 2011.

\_\_\_\_\_. Is Google Making Us Stupid? What the Internet is doing to our brains. *The Atlantic Magazine*, July/August, 2008. Disponível em: [www.theatlantic.com/magazine](http://www.theatlantic.com/magazine). Acesso em: 06-12-2012.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro*. Do leitor ao navegador. São Paulo: Unesp, 1998.

COWEN, Tyler. *Crie sua própria economia*. O guia da prosperidade para um mundo em desordem. Rio de Janeiro: Record, 2011.

ECO, Umberto. *Seis passeios pelo bosque da ficção*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

\_\_\_\_\_. *Interpretação e superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LÉVY, Paul Pierre. *Cibercultura*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

LIPOVETSKY, Giles. *O império do efêmero*. A moda e seu destino na sociedade moderna. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

PRAZ, Mario. *A carne, a morte e o diabo na literatura romântica*. Campinas: Unicamp, 1996.

SOARES, Magda. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. *Educação e Sociedade*, vol. 23, n. 81, p. 143-160, dez.2002.

VYGOTSKY, L. S. *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.